

# ESPERANÇA DEMOCRÁTICA

25 ANOS DE ORÇAMENTOS  
PARTICIPATIVOS NO MUNDO



ORGANIZAÇÃO NELSON DIAS

FICHA TÉCNICA

“ESPERANÇA DEMOCRÁTICA: 25 ANOS DE ORÇAMENTOS PARTICIPATIVOS NO MUNDO”

ORGANIZAÇÃO  
NELSON DIAS

COLABORAÇÃO  
SIMONE JÚLIO E ANNE PEREIRA

TRADUTOR / ARTIGO  
LIANA V. FERNANDES/ YVES SINTOMER *ET. AL*

MANUEL SOARES / <sup>1</sup>CRISTINA BLOJ <sup>2</sup>CAROLINA LARA  
<sup>3</sup>ERNESTO GANUZA E FRANCISCO GARCÍA <sup>4</sup>ERNESTO GANUZA  
E GIANPAOLO BAIOCCHI <sup>5</sup>CESÁR MUÑOZ <sup>6</sup>ALICIA VENEZIANO  
E IVAN SANCHEZ <sup>7</sup>FRANCIS JORGE <sup>8</sup>CRISTINA SÁNCHEZ MIRET  
E JOAN BOU I GELI <sup>9</sup>PATRÍCIA LEIVA <sup>10</sup>PABLO PAÑO.

SIMONE JÚLIO / JANETTE HARTZ-KARP E IAIN WALKER.

SUSANA FIGUEIRAS / <sup>1</sup>MICHELLE ANNA RUESCH E MANDY  
WAGNER <sup>2</sup>JULES DUMAS NGUEBOU E ACHILLE NOUPEOU  
<sup>3</sup>BAOGANG HO <sup>4</sup>EMMY MBERA E GIOVANNI ALLEGRETTI  
<sup>5</sup>YVES CABANNES E MING ZHUANG <sup>6</sup>DONATA SECONDO E  
PAM JENNINGS <sup>7</sup>STEPHANIE MCNULTY <sup>8</sup>MAMADOU BACHIR  
KANOUTE <sup>9</sup>LENA LANGLET E GIOVANNI ALLEGRETTI.

EDIÇÃO  
ASSOCIAÇÃO IN LOCO  
AVENIDA DA LIBERDADE, 101  
SÃO BRÁS DE ALPORTEL, PORTUGAL  
TEL. +351 289 840 860  
FAX. +351 289 840 879  
E-MAIL: GERAL@IN-LOCO.PT  
WWW.IN-LOCO.PT

DESIGN EDITORIAL  
SIGMA SENCE - DESIGN CONSULTANCY

IMPRESSÃO  
LITOGRAFIS ARTES GRÁFICAS ,LDA.

TIRAGEM  
500 EXEMPLARES

ISBN  
978-972-8262-08-2





*À Associação In Loco, pelos seus 25 Anos.*

# ÍN DI CE

PREFÁCIO 6

INTRODUÇÃO 10

## DINÂMICAS GLOBAIS 16

25 anos de Orçamentos Participativos no mundo: um novo movimento social e político? 19  
*Nelson Dias*

Modelos transnacionais de participação cidadã: o caso do OP 26 *Yves Sintomer, Carsten Herzberg & Anja Röcke*

Cuidar das percepções dos participantes para desencadear um círculo virtuoso 45 *Giovanni Allegretti*

Para além da linha: OP como instrumento 63 *Ernesto Ganuza & Gianpaolo Baiocchi*

## DINÂMICAS REGIONAIS 74

### África Francofona 76

OP: Visão geral, ganhos e desafios de um processo de promoção da cidadania e construção da democracia local em África 77 *Mamadou Bachir Kanoute*

### África Subsariana 86

As dinâmicas da difusão do OP na África subsariana: de Dakar a Maputo 87 *Osmany Porto de Oliveira*

### África 98

Experiência de OP nos Camarões 99 *Jules Dumas Nguebou & Achille Noupeou*

OP e processo orçamental na Província do Kivu Sul 105 *Emmy Mbera & Giovanni Allegretti*

A experiência moçambicana de OP 125 *Eduardo Jossias Nguenha*

### América Latina 132

Os OP na Argentina: Balanço de um processo em expansão 133 *Cristina E. Bloy*

Os OP no Brasil 151 *Luciano Joel Fedozzi & Kátia Cacilda Pereira Lima*

O surgimento do OP e a sua expansão pelo Brasil: analisando potencialidades e limites 163  
*Leonardo Avritzer & Alexander N. Vaz*

Análise dos OP no Chile: Um reflexo da evolução da política pública nacional? 175 *Pablo Paño Yáñez*

Participação democrática na Colômbia 187 *Carolina Lara*

Participação Obrigatória: Explorando a Lei do OP do Peru 201 *Stephanie McNulty*

República Dominicana: 14 anos de gestão local participativa 213 *Francis Jorge García*

Os OP no Uruguai: Reflexão sobre casos de Montevideú e Paysandú 219 *Alicia Veneziano & Iván Sánchez*

## **América do Norte 238**

Construindo uma Capacitação Sustentável: OP na América do Norte **239** *Donata Secondo & Pamela Jennings*

## **Ásia 252**

Compromisso cívico através do OP na China: três lógicas diferentes em acção **253** *Baogang He*

Mudança de escala nos OP na China: a experiência de Chengdu **267** *Yves Cabannes & Ming Zhuang*

## **Europa 298**

OP na Alemanha: Cidadãos na Qualidade de Consultores **285** *Michelle Anna Ruesch & Mandy Wagner*

A marca dos participantes no OP: panorâmica sobre as experiências espanholas **299**  
*Ernesto Ganuza & Francisco Francés*

Os OP em Itália reconfigurando um panorama desmoronado **311** *Giovanni Allegretti & Stefano Stortone*

Uma década de OP em Portugal: um percurso sinuoso mas clarificador **323** *Nelson Dias*

Orçamento Participativo na Suécia: uma história contada em câmara lenta **351** *Lena Langlet & Giovanni Allegretti*

## **Oceania 364**

Designs diferentes para diversos problemas e oportunidades **367** *Janette Hartz-Karp & Iain Walker*

## **EXPERIÊNCIAS GLOBAIS 378**

Os OP da infância e dos jovens, bases da democracia participativa e da política da polis **381** *César Muñoz*

OP e tecnologia: falsos dilemas e verdadeiras complexidades **401** *Rafael Cardoso Sampaio & Tiago Peixoto*

Construindo uma pedagogia democrática: O OP como “escola de cidadania” **415** *Pedro Pontual*

A participação sob o ponto de vista do género a partir da análise de processos participativos concretos **419**  
*Cristina Sánchez Miret & Joan Bou I Geli*

O *empowerment* psicológico nos orçamentos participativos **431** *Patrícia García-Leiva*

NOTAS BIOGRÁFICAS DOS AUTORES **441**

BIBLIOGRAFIAS POR ARTIGO **452**

PRE  
FÁ  
CIO

O convite do Nelson Dias, coordenador da edição deste livro comemorativo dos 25 anos de Orçamento Participativo no Mundo, para prefaciá-lo honrou-me muito com o desafio para alinhar algumas ideias à guisa de reflexão sobre esse instigante processo do Orçamento Participativo (OP) que vivenciei intensamente em três circunstâncias distintas: como Prefeito de Porto Alegre (1989/1992), Governador do Estado do Rio Grande do Sul (1999/2002) e Ministro das Cidades do Brasil (2003/2005).

Neste prefácio não cabe, por inapropriado, um relato das 3 dimensões dessa experiência. Sou muito grato às equipes que compuseram comigo os governos nesses três níveis, homens e mulheres comprometidos com as lutas sociais das últimas décadas no meu país, que trouxeram para a acção administrativa sonhos de liberdade e de democracia que embalaram, desde os movimentos sociais, seu nascedouro, o Orçamento Participativo.

Nesse processo aprendemos todos e todas e, certamente, temos ainda muito o que aprender. Daí a importância deste livro para o conhecimento das experiências do Orçamento Participativo, seus dilemas, limites e desafios, em execução pelo Mundo a fora e para intensificarmos o intercâmbio entre elas. Um Outro Mundo é Possível se, em mutirão, perseverarmos no alargamento e pavimentação dos caminhos da Participação Popular em todo o globo.

Os 41 autores que enriquecem este livro com seus artigos expressam a diversidade de aprendizagens e de ensinamentos que o processo do OP propicia a todos os que com ele conscientemente se envolvem. Com alguns deles convivi compartilhando o dia-a-dia dessa caminhada. Como nos versos de Carlos Drummond de Andrade:

*“Entre eles, considero a enorme realidade.  
O presente é tão grande, não nos afastemos.  
Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.”*

Lê-los aqui, de cambulhada, será muito prazeroso.

O Orçamento Participativo germinou em Porto Alegre, na década de 80, por dentro dos movimentos sociais e comunitários. Nasceu na contramão da corrente hegemónica de então que pregava a privatização do Estado e o recuo nas suas funções essenciais. Consolidou-se a partir do governo da Frente Popular, em 1989, como ferramenta de garantia da participação cidadã na construção da proposta do orçamento público daquele ano, definindo prioridades de acção do governo e, após sua aprovação pelo Legislativo, fiscalizando a sua execução. Constituiu-se numa ferramenta valiosa na luta pelo controle público sobre o Estado (na sua dimensão municipal), o governo e os governantes.

O Orçamento Participativo surge, pois, com o objectivo de democratizar o Estado na sua dimensão local e na esperança de poder democratizá-lo também nas dimensões estadual e federal. Democratização que significava a luta para desconcentrar a riqueza e descentralizar o poder, capacitando as pessoas como sujeitos e não objectos da política.

Nos primórdios do Orçamento Participativo – não tínhamos mandato executivo em nenhuma instância ainda – lembro-me de uma ocasião em que estávamos, uma comissão de trabalhadores, demandando, junto à uma autoridade local, o atendimento de reivindicações antigas. A autoridade justificou as dificuldades do governo para atender com a presteza devida àqueles pleitos porque o “orçamento do município era um cobertor curto; se puxado para a cabeça destapava os pés; puxado para os pés destapava a cabeça.” Um trabalhador da indústria têxtil entre os presentes observou: *“De feitura de cobertor eu entendo um pouco. Lá na fábrica a gente sabe a largura, o comprimento e a espessura de cada cobertor a ser feito. Mas esse coberto que o Senhor fala nunca passou por nossas mãos. Desconfio que se a gente ajudasse a fazer poderia sair melhor.”* Surgia ali a ideia básica da participação popular na elaboração da proposta orçamental. Sua implementação foi desabrochando aos poucos, através de reuniões e encontros nos mais diferentes locais do município, área rural e urbana, propostas pela Prefeitura uns e muitos convocados pelas próprias comunidades. De plano aflorou a necessidade de ligar o debate sobre demandas há tanto tempo represadas e a incapacidade, até então, do poder público de atendê-las, com a questão da renda gerada na cidade pelo trabalho de todos e a sua apropriação e o papel do governo nessa questão. Quem paga impostos? Porquê? Como? A Receita e a Despesa do Município como se constituem? A Planta de Valores para efeito da cobrança do Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) é justa? O Código de Posturas? O Plano Director? E a Regularização Fundiária? As relações com os entes federados União e Estado e com os demais poderes da República, o Legislativo e o Judiciário? Era constante a demanda por mais informações sobre estes e outros temas e que viessem de maneira inteligível para que o maior número de participantes do processo, conhecendo melhor a realidade, pudesse, no exercício pleno da cidadania, protagonizar sua transformação.

A preocupação era com o envolvimento crescente e qualificado da participação popular no processo do OP, desde a elaboração da proposta orçamental passando pela sua entrega ao Legislativo, o acompanhamento de sua tramitação e discussão para que a aprovação negociada não fosse um desfiguramento da proposta inicial, até à sua execução sob fiscalização das comissões de moradores e delegados do Orçamento Participativo. Garantir lisura e transparência nos processos electivos diversos ensejados pelo OP, para garantir democrática inclusão de sectores que, no início, se opunham ao processo e, paulatinamente, passaram a nele participar. Dessa maneira foi-se consolidando a compreensão de que o Estado sob controlo público efectivo funciona bem e melhor para todos.

Um problema sempre latente foi a relação necessária com os parlamentares. Alguns deles sentiam-se desmerecidos na sua representação pelo trabalho dos Conselheiros do OP. Longe de desprestigiar o Legislativo, o OP convidava os edis a participar do processo em todas as suas fases e municiaava cada legislador e a Câmara com elementos que lhes possibilitassem exercer com autonomia e responsabilidade a sua tarefa insubstituível de transformar a proposta orçamental em Lei. Um traço da cultura política tradicional sempre permeou o processo do OP: o discurso do *“votem em mim que resolverei tudo por vocês”* reforça a ideia da cidadania ocasional e episódica, resumida ao acto de votar e que o eleito, em vez de representar, substitui o eleitor. Essa cultura contrasta com a promovida pelo OP: a democracia representativa revigorando-se no casamento com a democracia participativa a ensejar uma cidadania exercida quotidiana e conscientemente por todas as pessoas.



Outro desafio instigante é o aproveitamento pelo processo do OP da tecnologia da informação instantânea sem prejuízo da riqueza pedagógica e educativa das assembleias e reuniões presenciais onde as pessoas, colectivamente, reflectem sobre os problemas da sua comunidade e da cidade e constroem soluções solidárias. O risco da atomização da representação e do acirramento do individualismo existe e sua solução deve ser encarada com criatividade. Os problemas da Democracia resolvem-se com mais Democracia. O Orçamento Participativo deve ampliar constantemente a sua abrangência e consistência sem abdicar jamais de sua radicalidade democrática.

A preservação e aprofundamento da radicalidade do processo do OP é um desafio político-cultural sem solução mágica e muito menos a curto prazo. Mas é por esse caminho que *um outro mundo é possível*. O intercâmbio entre experiências diferentes de implantação do OP ajuda a aperfeiçoar processos de controlo público sobre o Estado em todas as suas dimensões, democratizando o poder, combatendo desigualdades e injustiças e impedindo, no nascedouro, qualquer processo de apropriação privada da coisa pública. É em espaços de intensa participação cidadã, como os propiciados pelo OP, que a utopia de uma sociedade radicalmente democrática e, por isso, socialista, pode vicejar e, como um sonho sonhado por muitos, se concretizar.

A nossa experiência de OP, em conjunturas, espaços e tempos diferentes, em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul, um Estado Federado com 496 municípios, foi instigante e desafiadora. Inspiradas por ela é que se realizaram em Porto Alegre/RA/Brasil, as três primeiras edições do Fórum Social Mundial. O que mais precisamos é que processos como o do OP se espraíem e se consolidem por todos os continentes como conquistas da cidadania e não como dádivas de governantes.

\*

OLÍVIO  
DE OLIVEIRA  
DUTRA

IN  
TRO  
DU  
ÇÃO

Este livro representa o esforço de mais de quarenta autores e de muitos outros colaboradores directos e indirectos que espalhados pelos diferentes continentes procuraram proporcionar uma visão panorâmica sobre os Orçamentos Participativos (OP) no Mundo. Fazem-no a partir de contextos muito diferentes. Alguns são investigadores, outros consultores de processos, outros ainda activistas ligados a vários grupos e movimentos sociais. Os textos espelham bem esta diversidade de abordagens e de olhares, que não pretendemos condicionar.

Este livro não é, por isso, fruto de um estudo comparativo sobre os OP em diferentes partes do mundo, embora alguns dos autores tivessem baseado os seus artigos em trabalhos de investigação a que estão ligados. O que aqui propomos é uma reflexão aberta e em construção sobre as múltiplas dinâmicas dos Orçamentos Participativos, desafiando os nossos leitores a continuarem este trabalho nas realidades mais próximas de si. As páginas que se seguem são um convite para uma fascinante viagem pelos caminhos da inovação democrática em contextos culturais, políticos, sociais e administrativos muito diversos. Da América do Norte à Ásia, da Oceânia à Europa, da América Latina à África, o leitor encontrará muitos motivos para seguir atentamente as propostas dos diferentes autores.

O surpreende alcance deste fenómeno de democratização das relações sociais e políticas, de construção da confiança entre populações e administrações locais exige de nós um esforço de sistematização que permita compreender a forma como os Orçamentos Participativos se disseminaram pelo mundo. Trata-se de uma dinâmica de enorme riqueza e sem precedentes que invadiu inclusive as fronteiras de países onde os atropelos democráticos são uma constante. Teremos muitos relatos elucidativos deste processo ao longo do livro.

Para orientar a viagem dos leitores, os artigos encontram-se divididos em três grandes capítulos: O primeiro, designado “Dinâmicas Globais”, é composto pelos contributos de autores que se têm dedicado ao estudo comparativo destes processos, assegurando leituras abrangentes sobre os OP no Mundo, recorrendo à tipificação de modelos, de objectivos e de resultados. Estes textos são uma excelente “porta de entrada” para os interessados em compreender o fenómeno de globalização dos Orçamentos Participativos, as utilizações que desses têm sido feitas, os desafios que hoje enfrentam, bem como as ramificações metodológicas associadas.

O segundo capítulo, referente às “Dinâmicas Regionais”, integra 22 artigos que cobrem 5 continentes e mais de 30 países, entre os quais se encontram certamente aqueles onde os OP alcançaram maior expressão.

A situação dos OP na África é retratada em 5 textos, um dos quais de Mamadou Bachir Kanoute, senegalês, que nos apresenta uma visão abrangente destes processos sobretudo em alguns dos países francófonos do continente. O autor é um experiente consultor e a proximidade que tem mantido com o OP em vários países permite-lhe concluir que esse tem contribuído para melhorar os mecanismos de redistribuição da riqueza ao nível local e para uma melhor atribuição de recursos orçamentais para responder às necessidades básicas da população, particularmente a dos bairros mais desfavorecidos e periféricos.

Osmany Oliveira, brasileiro, sugere-nos uma leitura sobre a evolução dos Orçamentos Participativos em alguns dos Estados da região subsaariana, destacando casos que considera de sucesso. O autor analisa as dinâmicas de disseminação destes processos, procurando compreender os mecanismos de transferência entre cidades, as razões que a suportam e os resultados obtidos. Esta é uma análise muito interessante na medida em que existe uma certa percepção de que o OP em África é, em parte, o resultado de um conjunto de contributos e planos de instituições de cooperação internacional.

Eduardo Nguenha, moçambicano, propõe-nos uma análise detalhada sobre as características das práticas de governação municipal participativa recentemente emergentes no seu país. O autor apresenta os elementos que impulsionaram a introdução das iniciativas de Planificação e Orçamento Participativo, analisa o quadro legal que favorece a sua implementação e as características comuns às diferentes práticas sinalizadas.

Jules Nguéou e Achille Noupeou retractam a situação dos OP nos Camarões. Desde 2003 à actualidade foram identificados 57 municípios que se comprometeram a implementar o processo. Este tende a ser visto como uma ferramenta que pode apoiar a descentralização administrativa em curso no país. Um dos resultados mais interessantes do OP prende-se exactamente com isto, ou seja, com o facto de o processo estar a contribuir para reforçar o papel dos municípios junto das comunidades e melhorar a sua capacidade de arrecadação fiscal. É um exemplo que demonstra que o OP não serve apenas para discutir investimentos mas pode permitir também um debate comunitário sobre as receitas.

Emmy Mbera e Giovanni Allegretti debruçam-se sobre as experiências em curso na província de South Kivu, na República Democrática do Congo. Os autores analisam o OP sob a perspectiva do processo de orçamentação geral, destacando as actividades e as opções adoptadas relativamente à dinâmica participativa, as quais foram capazes de ir além do que era a mera promoção de uma deliberação democrática e de transparência orçamental.

A realidade da América Latina, muito rica e diversa, é aqui retratada em oito artigos. Cristina Bloj convida-nos a compreender a extraordinária evolução dos Orçamentos Participativos na Argentina, país onde encontramos algumas das mais interessantes inovações da actualidade.

Luciano Fedozzi e Kátia Lima analisam o contexto de surgimento e de expansão destes processos no Brasil, complementando com dados muito actuais, recolhidos pela Rede Brasileira de OP, que permitem compreender melhor os contextos demográficos, regionais e partidários onde estas iniciativas têm emergido. Leonardo Avritzer e Alexander Vaz complementam uma perspectiva histórica sobre os Orçamentos Participativos no Brasil com uma análise sobre as potencialidades e limites destes processos, discutindo de forma mais detalhada as características dos ciclos de participação anuais e bianuais, bem como os sistemas de avaliação e monitorização previstos nos casos estudados.

Pablo Paño convida-nos a uma viagem sobre a evolução dos OP no Chile ao longo dos últimos 12 anos. A trajectória destes processos, neste país sul-americano encostado ao Pacífico, acompanha a evolução do próprio regime democrático numa nação fortemente marcada pela férrea ditadura de Pinochet.

Carolina Lara, colombiana, oferece-nos uma interessante reflexão sobre a emergência dos Orçamentos Participativos no seu país, após a criação de um novo quadro constitucional, que data de 1991, que reorganizou o edifício do Estado e criou condições para o desenvolvimento de políticas de participação cidadã no seio das administrações públicas locais. A Colômbia tem hoje

cerca de 50 iniciativas de OP e uma das mais activas redes nacionais deste tipo de experiências.

Stephanie McNulty brinda-nos com um estimulante artigo sobre os Orçamentos Participativos no Peru, o primeiro país no Mundo a aprovar uma lei, em 2003, que obriga todos os governos subnacionais a implementar o OP. O trabalho da autora descreve o quadro legislativo nacional que orienta este processo, os seus pontos fortes e fracos, bem como os desafios constantes na relação entre uma lei nacional e as vontades políticas locais.

Depois do Peru, a República Dominicana foi o segundo país a nível mundial a desenvolver um processo legislativo nacional que vincula todos os municípios à implementação do Orçamento Participativo. A análise desta realidade, composta na actualidade por 179 experiências de OP, é feita aqui por Francis Jorge, que coordena a equipa de assistência técnica a estes processos, sediada no interior da Federação Dominicana de Municípios.

Alicia Veneziano e Ivan Sánchez fecham o conjunto de artigos sobre a América Latina com uma análise sobre a situação dos OP no Uruguai, destacando os casos de Montevideu e Paysandú. A particularidade do trabalho destes dois autores assenta na relação estabelecida entre o processo de descentralização político-territorial do país e o desenvolvimento dos Orçamentos Participativos.

A realidade de alguns dos países europeus com maior expressão no tema dos OP é retratada em cinco artigos. Da Alemanha chega-nos o contributo de Michelle Ruesch e Mandy Wagner, que traçam o cenário actual dos OP germânicos, composto por cerca de 100 experiências, na maioria dos casos consultivas. O trabalho destas autoras mostra o modo como estes processos prosseguem o objectivo de tornar os governos locais mais receptivos aos “conselhos” dos cidadãos.

Ernesto Ganuza, acompanhado por Francisco Francés, presenteia-nos com um excelente artigo sobre a situação dos Orçamentos Participativo na Espanha. É uma história “trepidante” como referem os autores. Este país registava no ano 2000 a maior expansão dos OP no “velho continente”. A forte crise que assola este Estado europeu, associada à derrota da esquerda política em muitos municípios, nas eleições de 2011, conduziu a uma drástica redução do número de experiências actualmente activas.

De Itália chega-nos o contributo de Giovanni Allegretti e Stefano Stortone. Este é um país que tem passado por amplas transformações políticas e cujas incidências se fazem sentir também ao nível das inovações democráticas de âmbito local. Depois de registar o surgimento da primeira experiência europeia de OP, em 1994, na pequena cidade de Grottammare, a Itália destaca-se pela forte instabilidade destes processos. A ampla disseminação dos OP entre 2005 e 2010, com forte incidência na região Lazio, deu lugar à suspensão da esmagadora maioria destas iniciativas no ano de 2011. A Itália parece agora recuperar gradualmente desta crise dos OP, sendo perceptível a emergência de novas iniciativas e novos modelos de participação dos cidadãos nos orçamentos municipais.

A situação dos OP em Portugal é retratada num artigo de minha autoria, no âmbito do qual são analisadas as mais de setenta experiências sinalizadas no país, através de um conjunto de indicadores que permitem compreender de forma mais apurada a geografia e os “códigos genéticos” destes processos. O falhanço dos OP consultivos é contrariado pelo crescente sucesso das iniciativas de carácter deliberativo, o que permite, ao fim de uma década, clarificar qual o caminho preferido pelos cidadãos para exercerem o seu direito de participação democrática fora dos ciclos eleitorais.

Para fechar o conjunto de artigos sobre o OP na Europa temos os contributos de Lena Langlet e Giovanni Allegretti sobre as experiências na Suécia. As profundas mudanças registadas na sociedade sueca, marcadas por uma perda progressiva de confiança nas instituições políticas, pelo agravamento de uma cultura de individualismo e diminuição dos laços sociais e pelo forte afastamento dos mais jovens em relação à política, são algumas das justificações que fundamentam a decisão de alguns municípios suecos para lançarem processos de OP.

Da Oceânia chega-nos o contributo de Janette Hartz-Karp e Iain Walker sobre os recém-criados Orçamentos Participativos na Austrália. As primeiras experiências datam de 2012, tendo estas assumido como desafio metodológico a conjugação de elementos de representação social com técnicas de deliberação sobre as prioridades dos orçamentos públicos municipais. É um desafio muito interessante e que os autores procuram abordar ao longo do seu artigo, baseando-se nas experiências pioneiras de Canada Bay (NSW) e Greater Geraldton (WA).

O terceiro e último capítulo, referente às “Dinâmicas Temáticas,” integra cinco artigos sobre problemáticas específicas relacionadas com processos de OP. César Muñoz propõe-nos um roteiro de leitura para interpretar os Orçamentos Participativos com crianças e jovens, com recurso a vários casos práticos. Qualquer uma das experiências em destaque permite compreender que o grande potencial destes processos não está na participação dos mais jovens na decisão sobre os recursos públicos mas sobretudo da dimensão educativa e formativa para cidadania que é gerado no interior destas iniciativas.

Rafael Sampaio e Tiago Peixoto propõem-nos uma interessante reflexão sobre o que chamaram de “falsos dilemas e verdadeiras complexidades” associados à utilização das TIC nos processos participativos. É um artigo estimulante e inquietante, que nos interpela constantemente sobre as potencialidades e os limites das novas tecnologias na mobilização dos cidadãos para a apresentação de propostas, para o debate e para deliberação sobre projectos no interior das dinâmicas de OP.

Pedro Pontual assume claramente uma abordagem política dos Orçamentos Participativos e do potencial destes processos para a promoção de uma pedagogia democrática nas sociedades contemporâneas. O autor contextualiza o OP como um instrumento que possibilita a participação directa dos cidadãos na definição das políticas públicas, e dessa forma ajuda a reinventar as instituições e a modernizar o regime democrático. O enfoque temático privilegiado neste artigo é precisamente o do OP como uma escola de cidadania, que estimula positivamente governos e governados a criarem novas institucionalidades democráticas e novos modelos de viver em sociedade.

O artigo de Cristina Miret e Joan Bou oferece-nos uma reflexão sobre a difícil mas necessária relação entre a perspectiva de género e os processos de Orçamento Participativo. Os autores basearam este trabalho no estudo comparativo de várias experiências analisadas em Espanha, Uruguai e República Dominicana. Os resultados mostram que as diferenças de género verificadas na política convencional se reproduzem nos espaços de participação com o OP. Os autores concluem, no entanto, que esta não é uma fatalidade mas apenas um ponto de partida que pode ser revertido, existindo exemplos interessantes de experiências que colocaram a questão de género na agenda do processo participativo.

Patrícia Leiva fecha este livro com uma abordagem muito singular sobre os OP. A autora concentra o seu trabalho na análise da dimensão psicossocial destas iniciativas. Este artigo procura, assim, dar um contributo para a elaboração de um quadro teórico de empowerment psicológico a partir dos Orçamentos Participativos. Os resultados de dois estudos de caso permitem concluir que a população que participa activamente se fortalece e rompe com o sentimento de indefensibilidade e a consequente apatia política.

A ideia de publicar este livro surgiu perante a aproximação da data comemorativa dos 25 anos de Orçamentos Participativos no Mundo. O título final só ficou definido, no entanto, depois de concluída a revisão de todos os artigos. “Esperança Democrática” procura traduzir um estado de espírito contagiado pela inovação, pela constante busca da acção transformadora, pela inconformidade de muitas pessoas e organizações espalhadas pelo Mundo.

A crise dos sistemas de democracia representativa é algo que atravessa todos os continentes e países retratados no livro. Sendo esse o ponto de partida, os diferentes autores procuram mostrar como os Orçamentos Participativos têm vindo a provocar mudanças na forma de exercer o poder democrático, na transformação das administrações públicas, na construção de sociedades civis mais fortes e organizadas, no combate às assimetrias sociais e territoriais. A leitura deste livro faz-nos acreditar que outra democracia é possível e necessária.

“Esperança Democrática” é por isso um título, mas também um desejo e um convite à acção de todos os leitores, para que na sua família ou comunidade se esforcem por construir outras formas e modelos mais intensos e activos de viver a democracia.